ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DO DIREITO VEICULADA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS[1]

E-mail:
apaular2017@gmail.com

Ana Paula de Rezende[2], Marlene Oliveira[3]

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa em andamento é analisar a produção científica da área do Direito veiculada em periódicos científicos brasileiros nos anos de 2017 a 2020, registrados na plataforma Sucupira/CAPES. Como base teórica selecionou-se a Ciência da Informação, a Comunicação científica, a Bibliometria e entendimentos sobre o Direito. Os procedimentos metodológicos apontam para uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagens quantitativas. Utilizar-se-á técnicas bibliométricas para analisar a produtividade científica no campo do Direito. A coleta dos dados é realizada na Plataforma Sucupira. Os procedimentos de análise dos dados seguirá as seguintes categorias: Títulos das revistas científicas, Autores e co-autores, Origem institucional do autor; Programas de pós-graduação mais produtivos; Temas mais pesquisados e ano de publicação. Como primeiros resultados, tem-se 127 títulos de periódicos considerando a seleção Qualis dos estratos A1, A2 e A3 e uma lista com os 22 títulos de periódicos selecionados do estrato A1 e seus respectivos programas. Assim, considera-se fundamental a análise das categorias propostas na continuidade da pesquisa, principalmente pela relevância do uso dos periódicos pelos juristas como fonte de informação.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Comunicação científica; Bibliometria; periódicos científicos; Direito.

ABSTRACT

The general objective of this ongoing research is to analyze the scientific production in the area of Law published in Brazilian scientific journals from 2017 to 2020, registered on the Sucupira/CAPES platform. Information Science, Scientific Communication, Bibliometrics and understandings of Law were selected as a theoretical basis. The methodological procedures point to descriptive and exploratory research with quantitative approaches. Bibliometric techniques will be used to analyze scientific productivity in the field of Law. Data collection is carried out on the Sucupira Platform. The data analysis procedures will follow the following categories: Titles of scientific journals, Authors and co-authors, Institutional origin of the author; More productive postgraduate programs; Most researched topics and year of publication. As first results, there are 127 journal titles considering the Qualis selection from strata A1, A2 and A3 and a list of 22 journal titles selected from stratum A1 and their respective programs. Therefore, the analysis of the proposed categories is considered fundamental in the continuity of the research, mainly due to the relevance of the use of periodicals by jurists as a source of information.

Keywords: Information Science; Scientific communication; Scientific production; scientific periodicals; Law.

---

[1]Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC) - Escola de Ciência da Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Qualificada em 05 de maio de 2023.

[2]Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC) - Escola de Ciência da Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Lattes: http://lattes.cnpq.br/3274448365135847 E-mail: apaular2017@gmail.com

[3]Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC) - Escola de Ciência da Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Lattes: http://lattes.cnpq.br/0146077522102988. E-mail: marleneot@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Comunicação científica é fundamental na construção de conhecimentos em todas as áreas. Conforme Caribé (2015, p.90), "A comunicação científica integra o processo de produção e desenvolvimento da ciência, tão vital como a fase de coleta e análise dos dados." Autores como Garvey (1979), Meadows (1999) e Mueller (2006), afirmam que a comunicação científica é importante para o avanço da ciência pois promove o desenvolvimento da produção científica e em consequência a avaliação de pares. A comunicação científica entre os pesquisadores de uma mesma área é de suma importância para a divulgação dos projetos de pesquisa. E depois do processo de execução da pesquisa, os resultados são publicados com mais rapidez em um periódico científico.

Os periódicos científicos apresentam características e políticas individuais. Passam por critérios de qualidade para ingressar em bases e portais de periódicos nacionais e internacionais para cumprir suas tarefas e, assim, contribuem para a disseminação de pesquisas, promovem a construção de conhecimentos científicos, são fontes de referências essenciais para pesquisadores em qualquer área do conhecimento.

Este estudo justifica-se pela necessidade de ampliação do conhecimento na área da Ciência da Informação sobre análises de produção científica em diferentes áreas do conhecimento, contribuindo com as teorias da Comunicação científica e em especial de periódicos científicos. Considera-se também que a área do Direito tem impacto na sociedade e há a necessidade de aumentar a frequência de estudos científicos sobre a análise da sua produção científica, em especial os periódicos que são considerados, importante fonte de informação jurídica como doutrina.

Diante deste contexto pergunta-se: qual o comportamento da produção científica da área do Direito veiculada nos periódicos brasileiros na plataforma Sucupira/Capes[4], no último quadriênio avaliado (2017-2020) nos estratos Qualis[5] A1, A2 e A3?

Desse modo, o objetivo geral é analisar a produção científica da área do Direito veiculada em periódicos científicos brasileiros nos anos de 2017 a 2020 na base de dados Sucupira, nas três primeiras divisões do seu principal conceito Qualis.

Os objetivos específicos são: 1) Identificar a produção científica publicada pelos docentes/pesquisadores no último quadriênio (2017-2020) avaliado pelo Qualis nos seus três principais conceitos A, na plataforma Sucupira; 2) Levantar os títulos de periódicos nacionais na área do Direito, no período estudado (2017-2020); 3) Identificar os autores mais produtivos na área do Direito, considerando os periódicos analisados; 4) Identificar as principais temáticas abordadas por estes periódicos na produção científica do Direito; 5) Apontar os programas mais produtivos de acordo com a análise da produção nos periódicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação despontou no cenário pós-guerra para atender as necessidades de acessar toda a produção científica gerada naquela época. Movimento

[4]A Plataforma Sucupira é uma ferramenta de coleta, atualização e de compartilhamento de informações e avaliações acadêmicas brasileiras da agência do governo de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ela reúne todos os periódicos científicos avaliados pelo Qualis.

[5]Sistema brasileiro que faz a avaliação da produção científica em artigos de periódicos em todas as áreas do conhecimento.

denominado “explosão da informação” ou explosão de documentos”.

Para Saracevic (1996), a explosão da informação que surgiu naquela época, era um problema social que teve início com o desenvolvimento das ciências, sendo considerado como:

> [...] um campo dedicado a questões científicas e a prática profissional voltadas para o problema da efetiva comunicação do conhecimento e de registro e do conhecimento entre seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. (Saracevic, 1996, p. 47)

Saracevic (1996) expõe que a CI além das questões teóricas, também se preocupa com as questões relacionadas ao trabalho.

A Ciência da Informação conta com diferentes enfoques conceituais de seu objeto de estudo, de seus métodos e limites de abrangência, não contando ainda, com uma base teórica de sustentação sólida. Segundo Wersig e Neveling (1975), a Ciência da informação é um campo de estudo recente, que se desenvolveu a partir de duas raízes a Documentação e a Recuperação da informação".

Percebe-se que, alguns autores apontam que a CI não conta ainda com uma base teórica sólida e compartilhada por todos os membros da sua comunidade. Hjorland (1997) aponta que a CI apresenta fraco nível teórico com fundamentos incertos, ou seja, para a consolidação de uma área são necessários muitos estudos e pesquisas para suas teorias.

2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A Comunicação científica está relacionada com a produção e disseminação da informação científica. Conforme Garvey (1979) a comunicação científica funciona como o coração da ciência e é tão importante como a própria pesquisa. A comunicação entre os membros de uma comunidade científica inicia quando um investigador apresenta uma proposta de pesquisa e continua até o momento em que os resultados da mesma são publicados.

Mueller (2007, p.128) afirma que "a comunicação científica desempenha papel central na ciência" e que "a natureza da verdade científica está sempre em evolução", se referindo aqui ao resultado de uma pesquisa que deve ser validado por outros pesquisadores seja na avaliação para publicação ou pelo seu aproveitamento pós-publicação para construção de novos conhecimentos.

De acordo com Ziman (1979) "O objetivo da ciência não é apenas adquirir informação, nem enunciar postulados indiscutíveis; sua meta é alcançar um consenso de opinião racional que abranja o mais vasto campo possível." (Ziman, 1979, p.4).

Conforme Meadows (1999) a comunicação científica faz parte do processo de construção de conhecimentos e da interação e troca entre pesquisadores. Este movimento é fundamental na geração de novos conhecimentos.

No processo de construção da Ciência, a Comunicação científica pode ser identificada em duas formas, por canais informais e os canais formais. Ambos relevantes, pois a pesquisa deve ser comunicada ao longo de sua existência pelo pesquisador, em diversos momentos por formas diferentes de comunicação. Sendo as informações desde um comunicado, uma troca de ideias, um telefonema até os canais formais como a publicação dos resultados em periódico científico, livro ou capítulo de livro

Mueller (1999) destaca que seriam quatro as principais funções dos periódicos científicos: comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados; preservação do conhecimento registrado; estabelecimento da propriedade intelectual e manutenção do padrão da qualidade na ciência.

Foram muitas as alterações na área dos periódicos, mas eles continuam sendo o instrumento mais importante de comunicação da produção científica.

2.3 NOTAS SOBRE A BIBLIOMETRIA

A análise da produção científica permite um diagnóstico das reais potencialidades de um determinado grupo e/ou instituição (Vanti, 2002). E no campo da CI, a Bibliometria apresenta técnicas adequadas para analisar e medir as publicações de uma determinada área e tempo, pois trata-se de "um conjunto de leis e princípios no uso de métodos estatísticos e matemáticos para analisar e medir a produtividade científica de áreas científicas organizações ou países" (Guedes; Borschin, 2005, p.15). Tais leis e desdobramentos são usadas por diferentes áreas de conhecimento.

A inquietação referente a medição da produção da informação é antiga, mesmo não sendo exclusiva das áreas de Biblioteconomia ou Ciência da Informação.

Segundo Pritchard (1969, p.348) Bibliometria significa "todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita". A bibliometria com sua relevante contribuição para estudos e pesquisas da literatura científica é foco de pesquisa de diversos autores. Alvarado (2007) em sua tese de doutorado apresenta uma introdução às origens da bibliometria.

Spinak (1996 *apud* Vanti, 2002, p. 154) conceitua a Bibliometria, como: "[...] una disciplina con alcance multidicplinario y la que analiza uno de los apscetos más relevantes y objetivos de esa comunidad, la comunidad impresa." (Spinak, 1996, p.142)

De acordo com Vanti (2002), as principais funções dos estudos bibliométricos são:

- Identificar tendências e crescimento do conhecimento científico em uma determinada disciplina;
- Estudar a dispersão e obsolescências de campos científicos;
- Estimar a cobertura de revistas científicas;
- Identificar autores e instituições mais produtivos;
- Identificar as revistas do núcleo de cada disciplina;
- Investigar relações entre disciplinas e áreas do conhecimento;
- Adaptar políticas de aquisição e descarte de publicações em bibliotecas.

Desse modo, entende-se que a Bibliometria contribui para avaliar a produtividade e a qualidade da pesquisa dos cientistas com base nos números de publicações e citações dos pesquisadores, por meio das três leis que carregam os nomes de seus autores:

> 1. Lei de Lotka - relaciona-se com a produtividade de autores e fundamenta-se na premissa básica de que "alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco". Enuncia que "a relação entre o número de autores e o número de artigos publicados por esses pesquisadores, em qualquer área científica, segue a Lei do Inverso do Quadrado 1/n2. também conhecida como Quadro Inverso - medição da produtividade de autores.
> 2. Lei de Zipf - relaciona-se à freqüência de ocorrência de palavras em um dado texto para indexação temática. Foi chamada de Lei do mínimo esforço.
> 3. Lei de Bradford - relaciona-se com a dispersão da literatura periódica científica. Enuncia que "se periódicos científicos forem ordenados em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre determinado assunto, poderão ser divididos em um núcleo de periódicos mais particularmente dedicados ao assunto e em vários grupos ou zonas, contendo o mesmo número de artigos que o núcleo (Guedes,V. Borshiver, S, 2005, p. 4-5).

As técnicas bibliométricas têm sido usadas em diferentes áreas do conhecimento para medir e quantificar publicações. Estudos bibliométricos tem permitido conclusões importantes sobre a produção científica sob diversos aspectos, como os abordados por Vanti (2002), Guedes, V. Borshiver (2005); Alvarado (2007); Gomes (2017) e Silva (2021) entre tantos outros. Na área do Direito também há esta necessidade conforme verifica-se a seguir.

2.4 ENTENDIMENTOS SOBRE A ÁREA DO DIREITO

O Direito nasceu da necessidade de regular as relações humanas e passou, a partir de um certo momento, a ditar os comportamentos e atitudes considerados normais e desejáveis, normatizando a sociedade (Reale, 2008).

A própria palavra Direito, vem do latim *Directum* que designava, na sua origem, aquilo que é reto, sem desvio, passando a ideia de regra (Torres; Almeida, 2013). Mas o Direito não é estático, à medida em que novas relações aparecem, surge também a necessidade de novas regulamentações.

O Direito está dividido em diversos ramos que atendem às mais diversas necessidades da sociedade. Uma forma didática de classificá-los desde os tempos da ciência romana, e a mais tradicional é em temas, dentro do Direito público e temas no Direito privado. (Torres; Almeida, 2013)

O "Direito Público regula as relações em que predominam os interesses gerais da sociedade, considerada como um todo e o Direito Privado regula as relações em que predominam os interesses particulares ou a esfera privada" (Cotrim, 2009, p.8).

Neste aspecto, verifica-se que atualmente há uma infinidade de assuntos e que muitos deles se relacionam de tal forma a não ser possível separá-los público ou privado. Os temas advêm das relações sociais da sociedade que chegam aos tribunais.

Passos e Barros (2009) dedicam alguns capítulos para esclarecer sobre a classificação do Direito e suas ramificações, alertando para o fato de que, assim como afirmam outros autores, a divisão em Direito Público e Privado não as consideram áreas isoladas, mas, como afirma Diniz (2004) citada por eles, "intercomunicam-se com certa frequência".

São muitas as polêmicas em torno da clássica divisão do Direito na esfera pública e privada. Alguns autores não concordam com essa divisão. Ross (2000) diz que essa divisão não consegue abarcar todas as áreas. Concluindo, a classificação do Direito deriva de uma construção social e histórica e é uma questão filosófica e não técnica. Faz parte do entendimento atual, mas não define o Direito, apenas o classifica (Salgado, 2011).

Além da dinâmica entre os ramos do Direito, a área nos programas de pós-graduação vem se ampliando cada vez mais e sofrendo significativas alterações nos últimos 30 anos:

> (a) efeito indireto do aumento exponencial de cursos de graduação em Direito no país, que praticamente dobraram de 1995 a 2005; (b) ampliação do número de instituições privadas, (...); (c) número expressivo de cursos, (d) assimetrias regionais e intrarregionais no número de programas de pós-graduação; (e) desenvolvimento das iniciativas de internacionalização;(f) tradição de forte inserção social; (g) conversão da produção bibliográfica em produção em periódicos, especialmente a partir da indução da Área nos 2 últimos ciclos avaliativos; (h) crescimento sustentável e prudente do número de mestrados profissionais.(Brasil, 2019, p.3)

No Brasil, apesar da pós-graduação em Direito com o título de Doutor vir desde a Lei do Império, no ano de 1827 no âmbito da Universidade de São Paulo, e em sua concepção moderna desde 1969, constata-se necessário, discutir o objeto de investigação acadêmica no âmbito do Direito. Nobre (2009), aponta um atraso nas pesquisas jurídicas, além de uma

confusão entre a prática, a teoria e o ensino, no que diz respeito as pesquisas. Logo, há motivos para estudos sobre a produção científica da área do Direito.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

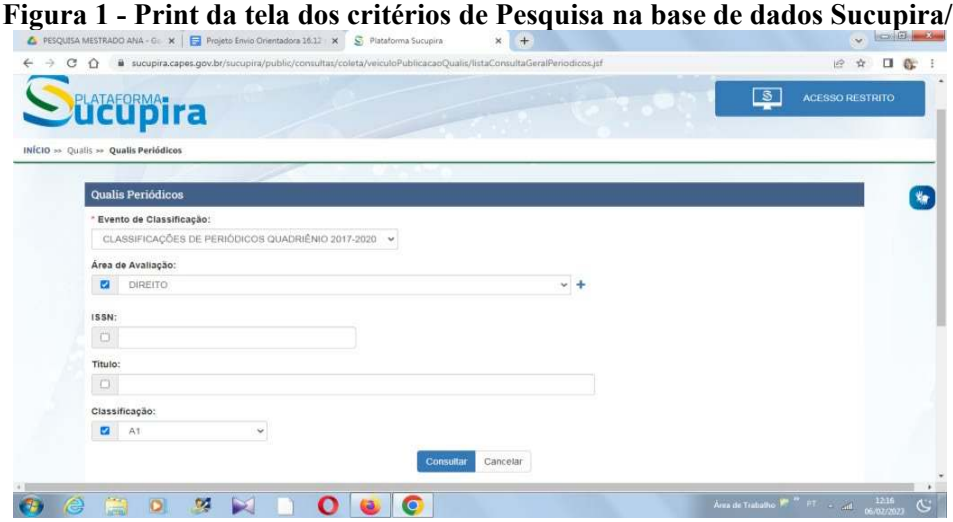
Esta é uma pesquisa que se caracteriza como descritiva e exploratória, com abordagens quantitativas. A pesquisa descritiva, conforme esclarece Gil (2002, p. 42) "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis".

O universo da pesquisa reúne o conjunto de revista científicas selecionados na área do Direito e classificados no Qualis/CAPES de A1 a A3.

Os dados dos artigos publicados nos periódicos científicos do período de 2017-2020 foram coletados na Plataforma Sucupira.

Na Figura 1 apresenta-se a imagem da tela com os critérios de pesquisa:

Figura 1 - Print da tela dos critérios de Pesquisa na base de dados Sucupira/CAPES



Fonte: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf

Como é possível perceber na figura acima, existe uma limitação na pesquisa. Os periódicos, em sua grande maioria, abarcavam outras áreas e não trazia somente a área de Direito, então foi necessário realizar uma seleção dos periódicos nacionais específicos da área do Direito. Esta atividade exigiu que por meio da leitura de títulos, obtivesse a localização do link do periódico na internet e por meio da análise do Editorial compreendesse seu escopo.

Segue o quadro com a estratégia de busca utilizada na pesquisa.

Quadro 2 - Resumo da Estratégia de busca

Recorte temporal	2017-2020 - último quadriênio avaliado pelo Qualis
Qualidade	Qualis - A1,2,3
Ferramentas: - Base de dados	 Plataforma Sucupira/CAPES
Critérios analisados	Nacionalidade; Periódicos do Direito (que tenham em seu escopo editorial Direito como principal)
Corpus	Artigos científicos publicados em periódicos selecionados
Área temática	Ciências sociais aplicadas - Direito - Brasil
Idioma	Português

Fonte: Elaborado pelas autoras

E como procedimentos da análise de dados foram adotadas as categorias que darão suporte para atingir os objetivos específicos. São elas: Títulos das revistas científicas; Títulos dos artigos; Autor e coautoria; Origem institucional do autor; Programas de pós-graduação mais produtivos; Temas mais pesquisados e Ano de publicação. Tais categorias serão analisadas por meios de técnicas bibliométricas e estatísticas.

Todos os dados coletados são disponibilizados em planilhas no software Excel. A partir da listagem selecionada para cada estrato, utilizaremos essa ferramenta com abas para inserir a listagem correspondente a cada título. Após isso, ter-se-á cada título de periódico em seu endereço eletrônico. Assim, chegar-se-á as informações pertinentes em cada categoria.

4 RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados abaixo correspondem ao início da pesquisa. Quanto a produtividade geral das revistas selecionadas, no período selecionado estão dispostos na tabela 1.

Tabela 1 - Produção de títulos, números e artigos por estrato

Qualis	Títulos Totais	Títulos Selec.	Números	Artigos no período
A1	353	22	242	2.486
A2	350	60		
A3	350	45		
Total	**1.053**	**127**		

Fonte: Elaborado pelas autoras

A coleta de dados foi iniciada em meados de janeiro de 2023, resultando na seleção para o estrato A1. Dos 353 títulos de periódicos para 22 selecionados, conforme a estratégia de busca. No estrato A2 foram recuperados 350 títulos de periódicos, selecionados 60, já para o estrato A3, de 350 títulos, a seleção resultou em 45 títulos de periódicos.

Tabela 2 - Estrato A1 - Total de artigos a serem analisados

353 Títulos CAPES	22 Títulos selecionados	242 Números (2017-2020)	**2.486** Total de artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para esse primeiro estrato A1, espera-se analisar 2.486 títulos, de 242 números dos 22 títulos selecionados do total de 353 títulos que apareceram no resultado da pesquisa na plataforma Sucupira.

Como primeiros resultados, tem-se a lista dos títulos para cada estrato. Para o estrato A1, temos a lista dos títulos, seus respectivos programas e indicação de acesso, se livre ou comercial. Após análise e seleção levantou-se os títulos dos periódicos brasileiros com foco em Direito. Foram listados exatamente como aparecem na pesquisa na Plataforma Sucupira da CAPES. Para localizá-los, usou-se também os números de ISSN[6] que apareceram nos resultados da plataforma.

[6] *Internacional Standard Serial Number*, é código de identificação de publicações seriadas.

Deste resultado, já é possível conhecer os programas que tem os periódicos melhor conceituados pela CAPES na área jurídica, apresentados na Tabela 3, em ordem alfabética.

Tabela 3 - Listagem do Estrato A1

	ISSN	TÍTULO DOS PERIÓDICOS	Programa/ Instituição
1	2316-8374	CIVILISTICA.COM	UFRJ
2	1982-1921	DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA	PUC-RGS
3	1807-3840	NOMOS (FORTALEZA)	PPGD/UFC
4	2175-0491	NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS (ONLINE)	UNIVALI
5	2595-3257	RATIO JURIS	FDSM
6	2359-5736	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS	UFMG
7	2236-7284	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR	UFPR
8	0034-8007	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO	FGV
9	2526-8120	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA	RT/ THOMPSON
10	1413-1439	REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL	RT /THOMPSON
11	1415-7705	REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR	IBPDC
12	2175-6058	REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	FAC. DIREITO VITÓRIA ES
13	1676-8698	REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS	PUC RS
14	0100-1981	REVISTA DE PROCESSO	RT/THOMPSOM
15	2179-8966	REVISTA DIREITO E PRÁXIS	PPGDir UERJ
16	2317-6172	REVISTA DIREITO GV (ONLINE)	FGV -SP
17	1806-8200	REVISTA DIREITO PÚBLICO	PPGDC/Instituto Brasileiro de Ensino
18	2237-2261	REVISTA DO MESTRADO EM DIREITO DA UFAL	PPGD/ UFAL
19	2236-3645	REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	C E J -Presidência da República
20	2238-3212	REVISTA JUSTIÇA DO DIREITO	UFPasso Fundo
21	0101-9562	SEQUÊNCIA (UFSC)	UFSC
22	1806-3845	VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE)	PGD - ENSINO SUPERIOR DOM HELDER CÂMERA - ESDHC

Fonte: Elaborado pelas autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se com os dados iniciais que a porcentagem de títulos de periódicos que atendem aos critérios e foram selecionados (periódicos nacionais, especificamente do Direito, para os três primeiros estratos A), são apenas 12% do número (127 títulos de periódicos) total de títulos encontrados na busca da plataforma Sucupira, que totalizou 1.053.

Observa-se que o estrato A1, com maior grau de exigência, tem proporcionalmente, um reduzido número de títulos de periódicos em comparação com os demais estratos.

Considera-se fundamental a continuação da análise e o conhecimento destes periódicos e seus programas, bem como, a importância de ferramentas de avaliação como a Qualis/Capes para a produção científica, principalmente, devido ao uso constante pelos juristas destes periódicos como fonte de informação para o Direito.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, Ruben Urbizagástegui. *A bibliometria:* história, legitimação e estrutura**.** Para entender a ciência da informação / Lídia Maria Batista Brandão Toutain: organizadora. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 185-217. (Saladeaula; 5)

BRASIL. Ministério da Educação (MEC) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV). *Documento da área 26 - Direito, 2019.* Disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/direito-pdf

COTRIM, Gilberto. *Instituições de Direito Público e Privado.* São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2004. 583 p.

GARVEY, W. D***. Comunication the essence of science.*** Oxford, Pergamon Press, 1979.

GUEDES, Vânia L. S.; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *In: CINFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação,* 6, Salvador - Bahia, 2005. Disponível em:<http://cinform-anteriores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf >. Acesso em: 14/01/2023

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao Estudo do Direito*. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GOMES, Eliane Azevedo. Participação das coleções do Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área de Direito no triênio 2010-2012: um estudo bibliométrico. 2017. 102f. *Dissertação* (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia.

HJØRLAND, B. Library and Information Science (LIS) p. 1. *Knowl. Org*. v.45, n. 3, 2018.

MEADOWS, Arhtur Jack. *A Comunicação científica.* São Paulo: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O círculo vicioso que prende os Periódicos nacionais. *DataGamaZero* – Revista de Ciência da Informação, n. 0, dez. 1999.

_____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006.

_____. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. In: TOUTAIN, Lídia (org.) *Para entender a ciência da informação.* Salvador: EduFBA, 2007, p. 125-144

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. In: *Cadernos Direito GV***,** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, n.º 1, set. 2009, pp. 3-19.

OLIVEIRA, Marlene. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. *Perspectivas em Ciência da Informação*, n. 2, v. 6, 2001.

OLIVEIRA, Jordan Vinícius de. “Sobre ombros de gigantes”: Open Access, Creative Commons e o Cenário dos Periódicos Brasileiros de Direito/ Jordan Vinícius de Oliveira. -- 2018. 76 p. Orientador: Marcos Vinício Chein Feres. *Dissertação* (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2018.

PASSOS, Edilenice. BARROS, Lucivaldo. *Fontes de informação para pesquisa em direito.* Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 25, n.4, p. 348-349, Dec. 1969.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2008.

RUSSO, Mariza. *Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.* Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SALGADO, Gisele Mascarelli. Direito Público e Direito Privado: Uma eterna discussão. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 86, mar 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9178&revista_caderno=15 >. Acesso em 28 de março de 2023.

SILVA, Sônia Mônica da. A produção científica da Ciência da Informação no Brasil. Análise do período 2010 a 2020 nas bases de dados Scopus e Web of Science. 2021. *Dissertação* (mestrado). UFMG

SPINAK, E. *Dicionario enciclopédico de bibliometría, cienciometría e informetría.* Caracas: UNESCO, 1996 apud VANTI, Nádia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

TORRES, Simone.; ALMEIDA, M. B.. *Introdução ao estudo da documentação jurídica: a caracterização do documento jurídico*. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013. v. 1. 134p.

WERSING, G; NEVELING U. The phenomena of interest to Information Science. *The Information Scientist,* v. 9, n. 4, Dec. 1975.

VANTI, Nádia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

ZIMAN, John. *Conhecimento público*.Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Itatiaia, 1979.